PORTARIA Nº 52, de 19 DE MAIO DE 2020.

Institui o Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal - PLS-PCDF.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 5º, inciso I, da Lei nº 837, de 28 de dezembro de 1994, bem como no artigo 6º, inciso IV, c/c artigo 102, inciso I, ambos do Regimento Interno da PCDF, aprovado pelo Decreto Distrital nº 30.490/2009, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

CONSIDERANDO a Lei Distrital nº. 4.792/2012, regulamentada pelo Decreto nº. 38.246/17, que dispõe sobre a separação e a destinação final dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal;

CONSIDERANDO a Lei Distrital nº. 5.418/2014, que institui a Política Distrital de Resíduos Sólidos do DF;

CONSIDERANDO a Lei Distrital nº. 5.610/2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências;

CONSIDERANDO a adesão do Distrito Federal à Agenda 2030 para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;

CONSIDERANDO o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de 2018;

CONSIDERANDO que a sustentabilidade ambiental é uma das estratégias da PCDF para fortalecimento de sua imagem institucional, definidas no Planejamento Estratégico Institucional, Programa Avançar 2º Ciclo, 2019-2023; e

CONSIDERANDO a Política de Responsabilidade Socioambiental da Polícia Civil do Distrito Federal, instituída pela Portaria nº 51/2020, da PCDF;

RESOLVE

Art. 1º Instituir o Plano de Logística Sustentável da Polícia Civil do Distrito Federal - PLS-PCDF.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se por Plano de Logística Sustentável o instrumento vinculado ao Planejamento Estratégico Institucional, com objetivos, diretrizes, responsabilidades, ações, metas, prazos, mecanismos de diagnóstico e monitoramento, que permite a inserção de atributos de sustentabilidade e uma melhor eficiência do gasto público na gestão da PCDF.

Art. 2º O PLS-PCDF deverá conter, no mínimo:

I - atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II - práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III - responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV - ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Art. 3º A elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PLS-PCDF competem à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da PCDF, denominada Eco_PCDF, instituída pela Portaria nº 36, de 06 de Abril de 2020.

Art. 4º As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, os seguintes temas:

I - material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II - energia elétrica;

III - água e esgoto;

IV - coleta seletiva;

V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

VII - deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Art. 5º A implementação do PLS-PCDF é de responsabilidade de todas as unidades e servidores da PCDF, tendo os responsáveis pelas ações e indicadores que apresentar reportes à Comissão referida no art. 3º desta Portaria, conforme cronograma a ser definido.

Parágrafo único. O andamento das ações e possíveis entraves deverão constituir pauta permanente do Comitê Interno de Governança - CIG.

Art. 6º O plano e os seus resultados aferidos deverão ser publicados anualmente no Sítio Eletrônico da PCDF, reforçando o compromisso com o princípio da transparência na Administração Pública.

Art. 7º Juntamente com a criação do PLS-PCDF, fica constituída a Comissão para a Coleta Seletiva no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal.

§1º A Comissão para a Coleta Seletiva será composta por 01 (um) servidor de cada unidade da PCDF, que será o ponto focal para assuntos relacionados ao tema.

§2º Todas as unidades administrativas deverão observar, em seus projetos e processos de trabalho, o disposto no PLS-PCDF.

Art. 8º As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação da PCDF.

Art. 9º Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS-PCDF de forma a evidenciar o desempenho.

Art. 10. O PLS-PCDF deverá ser republicado ininterruptamente, garantindo a continuidade da política institucional focada na gestão responsável e sustentável.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Publique-se no DODF.

ROBSON CÂNDIDO DA SILVA

Diretor-Geral